




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

P M S C
Fls. <u>108</u>

Ass. <u>50170</u>
Mai.

PARECER JURÍDICO

Processo nº: 525.003/2020

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente, nos termos da Proposta de Aquisição nº 11597.116000/1200-01

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão eletrônico. Fornecimento de equipamento e material permanente para rede de frio. Minuta de Edital. Análise jurídica prévia. Necessidade de adequações no edital e na pesquisa mercadológica.

I - RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com vistas à **contratação de empresa para fornecimento de equipamento e material permanente de natureza médico-hospitalar e similar.**

Os autos, contendo 1 volume e 107 páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos: solicitação de despesa, termo de referência, proposta de aquisição de medicamento/material permanente do Fundo Nacional de Saúde com preços dos itens licitados, despacho informando a existência de dotação orçamentária, declaração informando a existência de disponibilidade financeira, autorização de abertura da licitação, designação do pregoeiro e da equipe de apoio, encaminhamento das minutas e anexos do edital para parecer.

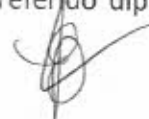
Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos da minuta de edital elaborada, conforme previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir ao Município no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1 – Escolha da modalidade licitatória

O pregão consiste em modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nos termos do parágrafo único do art. 1º do referido diploma legal, são





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC
Fls. <u>109</u>
Ass. <u>50770</u>
Mel.

considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Isso posto, observa-se que a **contratação de empresa para fornecimento de equipamento e material permanente de natureza médico-hospitalar e similar**, salvo melhor juízo, se enquadra na categoria de "bens comuns", conforme foi atestado no Termo de Referência e pelo próprio Pregoeiro.

2.2 – Requisitos legais para a realização do pregão na forma eletrônica

O pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.555/2000 e nº 10.024/2019, assim como, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, que assim dispõe:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

No Decreto nº 10.024/2019, por sua vez, são apresentados os requisitos para instrumentalização do Pregão Eletrônico, a saber:

Art. 8º - O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços; -

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos; -



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaizada@gmail.com

P M S C
Fls. <u>110</u>

Ass. <u>50170</u>
Mat.

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

Omissis.

§ 1ª A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

No que tange ao parâmetro de preços, constata-se que há no processo a definição do valor dos bens a serem adquiridos na Proposta de Aquisição de Equipamento nº 11597.116000/1200-01, com parâmetros definidos pelo Fundo Nacional de Saúde. De acordo com despacho contido nos autos, estes valores podem ser utilizados como preço de referência, haja vista que:

“Os preços dos equipamentos/materiais permanentes sugeridos pelo Fundo Nacional de Saúde fazem parte do PROCOT que é um programa de cooperação técnica de participação voluntária que visa a obtenção de informações técnicas de equipamentos disponíveis no mercado brasileiro. As empresa relacionadas aos equipamentos são participantes, disponibilizando de forma sistemática, informações técnicas e econômicas sobre seus produtos para o Ministério da Saúde. No site do Fundo Nacional de Saúde disponibiliza quais as empresas que participaram do PROCOT, que embasam o valor unitário de mercado”.

(Folha 49 dos autos)

Com efeito, no aspecto formal, tem-se que o processo em análise cumpriu os requisitos dos supracitados dispositivos legais. Digno de nota, ainda, que o Termo de Referência, adotou como parâmetro o modelo fornecido pela Advocacia Geral da União (AGU), conforme Enunciado 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas, também editado pela AGU¹.

Ainda em consonância com o Manual de Boas Práticas Consultivas, observa-se que a minuta de edital para o Pregão Eletrônico adotou em quase sua integralidade o modelo fornecido pela AGU em seu site eletrônico, elaborado em dezembro de 2019², tendo sido realizadas as adequações necessárias as particularidades da municipalidade. Todavia, em alguns pontos, tais modificações devem ser refutadas, conforme explanação a seguir.

Primeiramente, com esteio no disposto no inciso II, do art. art. 3º da Lei nº 10.520/2002, entende-se que o objeto da licitação não está suficientemente claro,

¹https://www.saude.gov.br/images/manual_de_boas_praticas_consultivas_4_edicao_revista_e_ampliada_-_versao_padrao.pdf

²https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/373175



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC
Fls. <u>111</u>
<u>(D)</u>
Ass.
<u>50170</u>
Mat.

motivo pelo qual se sugere a inclusão de novas expressões que facilitem a identificação dos itens que serão licitados, tais como: equipamentos médicos-hospitalares e outras similares.

Nesse desiderato, ao se compuisar os autos, salvo melhor juízo, pode se considerar atendidas as exigências normativas no que tange aos aspectos jurídico-formais do edital, devendo apenas ocorrer a retificação do objeto do certame, assim como das questões envolvendo a pesquisa mercadológica.

III - CONCLUSÃO

Com efeito, sob o ângulo jurídico-formal, salvo melhor juízo, **a minuta do edital e os anexos do Processo nº 525.003/2020 estão parcialmente em conformidade com a legislação de regência**, na medida em que não foram observadas todas as regras e exigências da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/2002 e decretos correlatos.

Diante do exposto, **uma vez adotadas as medidas sugeridas, opina-se pela aprovação da minuta em comento, propondo-se o retorno do processo para a Comissão de Licitação para correção da minuta de edital e da pesquisa mercadológica**, ressaltando que se faz desnecessária nova análise para verificação do cumprimento das recomendações eventualmente formuladas, na forma prevista no Enunciado 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas³.

Serra Caiada/RN, 02 de fevereiro de 2021.


Ednaldo Patrício da Silva
Procurador Municipal

³ BCP nº 5 Enunciado Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas. (Manual de Boas Práticas Consultivas, 4ª edição revista, ampliada e atualizada. 2016. AGU).